

CARTA ABERTA
ao
PRESIDENTE DA REPÚBLICA PORTUGUESA

Exmo. Senhor,
Presidente da República Portuguesa,

É entendimento unânime no seio dos actuais Conselheiros Portugueses eleitos pelo Reino Unido, que a democracia se fortalece com debate e que as Comunidades beneficiam da clarificação das posições desses mesmos Conselheiros.

Neste contexto, serve esta missiva para dar nota pública das preocupações geradas pela política consular empreendida pelo Governo, mais concretamente pela Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas, e alertar para a particularmente grave situação dos serviços consulares no Reino Unido.

Em tempo oportuno (Fevereiro de 2007) foi endereçada uma carta aberta ao Sr. Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, Dr. António Braga, na qual se expressaram muito sérias reservas relativamente à, antanho anunciada, proposta de reestruturação consular, bem como se expunha a específica gravidade da situação de carência de prestação de serviços consulares no Reino Unido.

Com efeito, foi afirmado na referida carta que a insuficiência de recursos técnicos e humanos se tem mostrado flagrante e que, qualquer que fosse a política consular prosseguida, se mostrava imperiosa a necessidade de assegurar que, em caso algum, o número de actos consulares praticados se visse diminuído.

Ainda assim, nos últimos anos, embora lentamente, a capacidade dos serviços consulares aos portugueses vinha aumentando. Em 2004, o Consulado Geral de Portugal em Londres prestou um pouco mais de 36.000 serviços, em 2005, cerca de 48.000 (aumento de 30%) e, em 2006, não obstante toda a pública agitação laboral, cerca de 49.000.

Em 2007, atente-se, foram praticados no Consulado de Portugal em Londres 28.589, ou seja, uma quebra de 41,7% relativamente a 2006.

Em paralelo, as solicitações aos serviços consulares mostram-se continuamente crescentes, ano após ano.

Em resultado, se aquando da divulgação pública da acima referida carta aberta, apenas um dos três Conselheiros do Reino Unido a subscrevia, hoje todos o fazem. - Esta política de desinvestimento nos serviços consulares teve, se não outro, pelo menos o mérito de proporcionar aos Conselheiros um diagnóstico comum.

De facto, a comunidade portuguesa no Reino Unido, em sequência da recente oportunidade de manifestar a sua preferência em eleições, escolheu como novos conselheiros quatro cidadãos que se revêem, integralmente, na recusa da política para as comunidades portuguesas que este governo tem implementado.

Assim, em face da total incapacidade da Administração portuguesa no Reino Unido em fornecer serviços em tempo aceitável, com qualidade aceitável, afirmamos que a **política consular de Portugal no Reino Unido se encontra em estado de colapso.**

É outra a nossa visão do que deveria ser esta política. Como Conselheiros das Comunidades Portuguesas, defendemos uma política externa assente numa estratégia clara de afirmação e projecção de Portugal no Mundo; uma estratégia que inclua uma política para as Comunidades portuguesas alinhada com o interesse nacional. Defendemos uma política não paternalista que respeite o direito dos emigrantes a uma administração pública urbana e eficiente que sustente o seu potencial de criação de valor.

Defendemos o interesse das comunidades portuguesas no exterior sabendo que, segundo o art. 14º da Constituição da República Portuguesa, “Os cidadãos portugueses que se encontrem ou residam no estrangeiro gozam da protecção do Estado para o exercício dos direitos e estão sujeitos aos deveres que não sejam incompatíveis com a ausência do país.”

Senhor Presidente da República,

Apelamos a V. Exa. para que, no exercício das competências que constitucionalmente detém, interceda junto do Governo em ordem a que este repense, no imediato, a sua política consular de uma forma geral e, particularmente, a política consular que tem reservado ao Reino Unido.

As nossas palavras, enquanto representantes da comunidade portuguesa, serão sempre insuficientes para dar expressão ao clamor dessa mesma comunidade por serviços consulares com o mínimo de suficiência e qualidade.

Numa atitude de deliberado autismo político, o Sr. Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, não cuida de ouvir, não atenta nas necessidades da comunidade portuguesa e reserva-nos permanentemente um tratamento paternalista. Todas as situações, sem excepção, que denunciámos na Carta Aberta anteriormente referida, se agravaram.

Com respeito, e conhecendo as limitações constitucionais do papel presidencial, solicitamos a Sua atenção para esta insustentável situação.

É nossa convicção, desde há muito tempo e com particular intensidade neste momento, que o Governo se demitiu da obrigação política a que se encontra vinculado para com a comunidade portuguesa emigrada por todo o mundo. A sua política mostrou-se totalmente ineficaz, desajustada e causadora de dano à condição cívica de cada cidadão emigrado.

Senhor Presidente da Republica, permita-nos, por favor, uma nota mais detalhada dos factos do quotidiano dos serviços consulares portugueses no Reino Unido que, com crueza, espelham o que pretendemos dizer.

Entre Agosto de 2006 e Setembro de 2008 o Consulado de Portugal em Londres já viu passar na sua gestão 5 Cônsules. Em Setembro de 2006 terminava a sua gestão, sem

ter concluído o mandato, o Cônsul João Bernardo Weinstein; antes de tal termo assumia temporariamente a condição de chefe do posto, para gestão de um grave conflito laboral, o Cônsul Jorge Fernandes; no mesmo mês de Setembro de 2006, a gestão do posto, também temporária, coube ao Conselheiro de Embaixada Luís Ferraz, que também veio gerir, de forma politicamente orientada, o conflito laboral; antes do final desse mesmo ano, assumiu funções o Cônsul Miguel Pires. O seu afastamento da chefia do posto pela Secretaria de Estado, há poucos dias, a meio do seu tempo normal de gestão, foi seguido da nomeação de Macedo Leão que foi apresentado como Cônsul temporário pela assessora de imprensa da Embaixada portuguesa.

Senhor Presidente da República, respeitosamente, permita-nos, por favor, as seguintes questões:

- Será o Consulado de Portugal em Londres, e a comunidade que este serve, um terreno aberto de experimentação político-social?

- O que permitirá ao Governo pensar que a comunidade portuguesa não percebe que a sua interferência na gestão do Consulado de Londres, visa, apenas, tapar um grande sol com uma pequena peneira e ao mesmo tempo criar um bode expiatório para a sua insustentável política?

Como se sabe, a política consular no Reino Unido não é responsabilidade de um determinado Cônsul, mas tão só a sua implementação. Assim, sem prejuízo da responsabilidade individual dos agentes que o Estado nomeia, à Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas deve ser imputada a responsabilidade política.

- Quem responde pelo facto do **Consulado de Portugal em Londres ter registado em 2007 uma quebra de 41,7% no seu nível de prestação de serviço?** Apenas os agentes que a executaram? E quem a ordenou?

Senhor Presidente da República, esta realidade é deplorável e representa um castigo inaceitável para os portugueses residentes no Reino Unido.

O Estado português, não pode mais “dar-se ao luxo” de colocar quadros de gestão no Consulado de Londres tecnicamente impreparados.

Que dizer do facto de, no Reino Unido, se solicitarem a todo o tempo documentos (tais como certidões de nascimento) que, para obter outros documentos (tais como bilhete de identidade ou registo de nascimento) não são solicitados nos mesmos moldes em Portugal?

E que dizer do facto dos serviços consulares emitirem, sistematicamente, Títulos de Viagem com o objectivo de fornecer aos cidadãos portugueses o meio de renovarem, ou obterem em Portugal, os documentos que não consegue emitir-lhes, tentando disfarçar a sua falta de capacidade de atendimento?

Que dizer da inexistência de qualquer técnico de acção social nos serviços consulares do Reino Unido?

Face aos números e factos que reflectem uma realidade insustentável, ao nível da falta de recursos humanos e da qualificação dos mesmos, a Secretaria de Estado das

Comunidades Portuguesas não toma posição. Ao contrário, acomoda-se na sua política de insuficiência e manifesta incompetência, cuja denúncia aqui explicitamente fazemos.

Reclamamos uma nova política consular que disponibilize aos portugueses um atendimento eficaz.

Neste particular, o Conselheiro António Cunha, aquando da inauguração do Consulado Geral de Manchester, cuja reabertura se saudou, teve a oportunidade de questionar o Sr. Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, acerca do número de trabalhadores ali colocados e da sua formação. Bem como perguntou como era explicado que em tempo de contenção orçamental se tivesse optado por um consulado daquele luxo em Manchester com quatro trabalhadores consulares temporariamente contratados e um Cônsul e, finalmente, perguntou o que estava pensado em termos de política consular com vista ao recenseamento eleitoral dos portugueses.

A resposta do Sr. Secretário de Estado, prosaica, foi assim: "...a máquina está montada para responder a isso tudo".

O que percebemos, a esta distância, é que a máquina está montada, sim, para adequadas acções de marketing político-partidário, e não adequadas acções para servir as reais necessidades e interesses dos cidadãos.

Percebemos, a esta distância, que a máquina estava montada, sim, para negar o direito de exercício de voto por correspondência aos emigrantes.

Percebemos, a esta distância, que a máquina estava montada, sim, para uma contínua redução do nível de prestação de serviços.

De que mais necessitam os portugueses emigrados para mostrarem a sua profunda indignação com o constante postergar dos seus direitos?

Ao fechar consulados o Governo nega aos emigrantes a possibilidade de aceder a locais de voto, quantas vezes distantes, mas ainda assim mais próximos do que os agora disponíveis e, pasme-se, é agora dada uma machadada final na possibilidade de exercício desse mesmo direito de voto ao negar a possibilidade do seu exercício por correspondência. Estamos profundamente indignados e, sem reservas, tudo faremos para denunciar esta política.

Não admira, pois, que não exista qualquer preocupação governamental em encetar uma campanha de sensibilização e criar mecanismos que tornem ágil o processo de recenseamento eleitoral.

Senhor Presidente da República, sabemos ser porta-vozes da profunda tristeza que desgasta os portugueses no estrangeiro, dada a política prosseguida pela Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas.

Lutamos contra a marginalização com insucesso mas não nos cansaremos de exigir respeito a todo o tempo.

Não aceitamos que nos dêem razões para termos receio de necessitar de serviços e apoio da Administração Pública portuguesa no estrangeiro.

Não aceitamos que nos sejam dadas razões para termos vergonha do estado calamitoso a que os serviços consulares no Reino Unido chegaram.

Não aceitamos que se anuncie com pompa e circunstância um embuste político. Falamos do famigerado Consulado Virtual. Um ano depois do seu anúncio público, no Reino Unido foram solicitados e praticados zero actos através do Consulado Virtual. Os potenciais utentes aguardam a solicitada senha de acesso a este serviço há praticamente um ano. E, a propósito, onde estão, no Reino Unido, os anunciados quiosques informáticos associados ao conceito de Consulado Virtual?

E o que dizer da confirmação dos nossos receios, quanto a menor serviço e maior desresponsabilização da Administração do Estado, com a criação dos Consulados Honorários? Adicionalmente, face aos casos que conhecemos, e que são do domínio público, não estamos seguros que os critérios que presidiram à escolha de alguns dos Cônsules Honorários tenham acautelado devidamente o interesse público.

Face à situação a que chegou o aparelho de administração pública portuguesa no estrangeiro e no seguimento da função pela qual fomos eleitos, é na qualidade de representantes da comunidade portuguesa no Reino Unido que solicitamos a intervenção do Sr. Presidente da República para a matéria exposta, recomendando ao Governo e às restantes entidades oficiais, que garantam que os titulares dos cargos sejam responsabilizados pelo incumprimento das suas funções. No limite, esperamos que as pessoas que ocupam os cargos desempenhem com verdadeira competência e não apenas com aparente vontade e visível superficialidade como tem sido o caso até hoje.

Com elevada estima e consideração,

António Cunha, Augusto Nunes, Elisabete Silva e António Choça
Conselheiros das Comunidades Portuguesas do Reino Unido.

Londres, 14 de Outubro de 2008